

ESCUTAS SENSÍVEIS COM JOVENS LGBTQIA+: O DISPOSITIVO-GRUPO COMO FERRAMENTA DE ACOLHIMENTO E RESISTÊNCIA

Antônio Gabriel Miranda da Silva

*Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, gabrielm@alu.ufc.br;*

Carla Jéssica de Araújo Gomes

*Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, carlajessicagomes@alu.ufc.br;*

Lucas Araújo da Silva

*Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, lucasarjslv@gmail.com;*

Larissa Ferreira Nunes

*Doutoranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
- UFC, larissafnpsico@gmail.com;*

João Paulo Pereira Barros

*Professor orientador: doutor, Universidade Federal do Ceará - UFC,
joaopaulobarros@ufc.br.*

Resumo

Em um cenário frequentemente atualizado da naturalização de violências a sujeitos historicamente perifizados, os corpos dissidentes da norma cis-hétero-patriarcal-branca vigente têm sido alvos de ferramentas bionecropolíticas que os enquadram em corpos abjetificados e, por consequência, matáveis. Nessas circunstâncias, o presente trabalho objetiva delinear o processo de criação de uma frente de extensão do projeto Histórias Desmedidas, vinculado ao VIESES-UFC e ao Departamento de

Psicologia da UFC. Essa frente irá funcionar a partir de escutas sensíveis acerca do cotidiano de jovens LGBTQIA+ em um grupo virtual semanal. Apesar de não se tratar de um grupo terapêutico, essa ação é pensada a partir da articulação entre psicologia e demais epistemologias que versam sobre gênero e sexualidade. Com isso, pretende-se discutir a relevância da composição dessa ação diante do atual cenário de lgbtfobia no Ceará, sustentado pela racionalidade necroliberal, que atualiza colonialidades de gênero que tem perpetuado lógicas de aprisionamentos que incidem nas formas de subjetivação dos sujeitos LGBTQIA+, resultando em processos de exclusão, silenciamento, apagamento e de sofrimento psíquico. Assim, reflete-se sobre o dispositivo-grupo, com foco na dimensão política e psicossocial da memória, como uma ferramenta possível de contribuição à re-existência diária desse público, discutindo suas potencialidades de agenciamento de novos territórios existenciais, em que, ao revisitar a própria história das pessoas dissidentes, é possível construir uma rede de significações e de produção de subjetividades singulares e plurais, além de atuar na quebra de silenciamentos históricos ao público, funcionando como espaços de acolhimento e resistência a esse cenário.

Palavras-chave: Gênero, LGBTQIA+, Psicologia, Teoria queer, Subjetivação.

Introdução

Constituído em 2016, o “Histórias Desmedidas” é um projeto de extensão vinculado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação da Universidade Federal do Ceará (VIESES-UFC), ao Departamento de Psicologia da UFC e à Pró-Reitoria de Extensão da UFC (PREX-UFC) que atua com pessoas histórica e culturalmente periféricas, focalizando seus processos de resistência. Até 2019, o público-alvo das ações eram adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Em 2020, o escopo teórico-prático do projeto foi ampliado, sendo formatada, dentre outras, uma frente de extensão que pudesse atuar com corpos cuja norma cisheteropatriarcalbranca não os contempla.

A frente de extensão destinada à escuta e ao acolhimento psicossocial e produção de cuidado compartilhado ao público LGBTQIA+ surge em um contexto brasileiro cuja violência a esses corpos se insere em uma lógica naturalizante em constante manutenção e atualização. A ausência de dados oficiais robustos acerca de violências aos sujeitos dissonantes do regime cisheteronormativo vigente (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021; CERQUEIRA *et al.*, 2020; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, 2020; GRUPO GAY DA BAHIA, 2020) é um dos elementos sobressalentes de um projeto necropolítico em consolidação (MBEMBE, 2018), sendo uma violência institucional que aponta a descartabilidade de vidas de pessoas LGBTQIA+, cujas aniquilações físicas e simbólicas de seus corpos, nessa estrutura social, não são relevantes o suficiente para se tornarem números, impedindo que seja visto enquanto um problema que necessita de políticas públicas destinadas à questão.

Conta-se, assim, com organizações da sociedade civil no levantamento de dados acerca destas violências, de modo que sejam desnaturalizadas. Assim, baseado em matérias jornalísticas veiculadas em variados meios de comunicação, foi apurado que, em 2019, 329 pessoas da comunidade LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil, sendo 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%), ocorrendo a morte destes sujeitos a cada 26 horas no país. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020).

A violência é ainda mais explícita em corpos dissidentes da norma cisgênera, resultando no Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo (TRANSGENDER EUROPE, 2020). Em plena

pandemia do COVID-19 em 2020, em que se esperou que algumas violências fossem diminuídas frente ao isolamento social (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), um relatório produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), levantou, também pelo método de análise de notícias midiáticas, que pelo menos 175 pessoas trans foram assassinadas, sendo todas travestis e mulheres transexuais, não sendo encontradas informações referentes a assassinato de homens trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Além disso, houve 23 casos de suicídio, em que 7 se referem a homens trans/transmaculinos e 16 travestis/mulheres trans. A maioria das vítimas são jovens entre 15 e 29 anos, negras, pobres e que reivindicam ou expressam o gênero feminino. Grande parte delas, também, têm como fonte de renda a prostituição (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

De um lado, esses elementos integram um projeto biopolítico cujo controle dos corpos se pautam em códigos normalizantes baseados em discursos sobre o sexo (PRECIADO, 2011) que refletem e dão subsídios à uma cisheteronormatividade compulsória diluída por diversas instituições (DUARTE, 2020), atuando, ainda, no silenciamento de sujeitos LGBTQIA+ a partir do medo da morte (MEDEIROS, 2019). Por outro lado, integram um projeto necropolítico de Estado que relega os sujeitos dissidentes do regime cis, hétero, patriarcal e branco a territórios existenciais desumanizados, sendo autorizadas, por um estado de exceção permanente, as mais diversas formas de violência. (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; DUARTE, 2020; MEDEIROS, 2019).

Essa combinação de ferramentas bio e necropolíticas se pauta na hierarquização populacional cujos sujeitos brancos, héterossexuais e cisgêneros ocupam o topo da normalidade, de modo que todas as outras existências são entendidas como anormais, cujas vidas são descartáveis e passíveis de morte, sendo esta a composição de objetivos coloniais (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; DUARTE, 2020; MEDEIROS, 2019). Nesse sentido, um conjunto de dispositivos políticos e culturais são criados, dentro das mais diversas instituições, com vistas a incitar e permitir a ceifação da vida de pessoas LGBTQIA+, autorizando as mais diversas formas de violência, silenciando os corpos ainda em vida ou a partir de suas mortes (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; DUARTE, 2020; MEDEIROS, 2019).

A criação da frente de extensão de escuta, acolhimento psicossocial e cuidado compartilhado destinado à pessoas LGBTQIA+, que compõe o História Desmedidas, surge como um contraponto ao cenário em que se encontra o Brasil, funcionando como um dispositivo que possibilite a ressonância de vozes LGBTQIA+ em contraposição a projetos necropolíticos típicos do país que tentam silenciá-las, entendendo suas vidas e suas narrativas como elementos de resistência à essa estrutura social. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva delinear o processo de criação dessa frente a partir da explanação dos elementos que compõem o planejamento do projeto, cuja previsão de início está para Maio de 2021, explicitando as ferramentas e esboços metodológicos pensados, focalizando o dispositivo-grupo como instrumento central. Assim, com base em ferramentas teóricas das Teorias *Queer* e de autores e autoras da área da Psicologia, serão traçadas reflexões acerca da potencialidade de articulação de grupos no atual cenário, bem como serão estabelecidas projeções e reflexões acerca da relevância teórico-metodológica de projetos de extensão no campo da Psicologia.

Metodologia

Compreendendo uma frente de extensão fundamentada a partir dos tensionamentos corpo-políticos que subscrevem as questões de dissidência sexual e cisão estrutural de gênero e seus atravessamentos espectrais com as pluralidades das discussões decoloniais, como racismo, necropolítica e práticas de violências, faz-se necessário a estruturação de um delineamento metodológico de potência política e criativa que abarque as multiplicidades das vicissitudes do processo proposto. Para isso, a composição do projeto se orienta a partir da perspectiva da elaboração de dispositivos grupais.

O caráter instrumental da nova frente de extensão envolve a elaboração de um grupo-dispositivo arranjado em dois momentos, que se configura como um espaço de apoio e cuidado que desnaturalize estigmas, estratos de silenciamento e que potencialize invenções de práticas de resistência e (re)existências (BARROS; SILVA; GOMES, 2020) dissidentes de uma normativa cis-hetero-patriarcal-branca, junto a sujeitos LGBTQIA+ inseridos no cenário das territorialidades do Ceará. As inscrições foram orientadas por meio do preenchimento de um formulário virtual, com disponibilização de 12 vagas, sendo

dessas 5 vagas prioritárias para pessoas auto identificadas negras e 2 vagas prioritárias para pessoas trans e travestis, além do resguardo de 10 vagas por meio da organização de uma lista de espera para o caso de desistências.

Amaral et al (2018) apontam os grupos como um potente instrumento produtor de sentidos que, a partir de ferramentas inventivas e sensíveis, põe em questão normativas de opressão instituídas. Dada a pluralidade das conexões entre os processos de subjetivação de indivíduos LGBTQIA+ e as questões psicossociais adjacentes aos modos de existência em contextos periféricos urbanos, o primeiro momento do grupo-dispositivo proposto se sistematiza em um espaço virtual semanal, de caráter autogerido, de acolhimento e discussão de temas pertinentes para o coletivo, por meio da plataforma *Google Meet*, com duração de 2 horas por encontro e estimativa de 8 encontros no total. O caráter autogerido, no qual os fluxos do grupo ocorrem a partir das conexões e decisões irrompidas pelo próprio conjunto, como temáticas e dinâmicas, surge a partir da proposição de uma metodologia indisciplinada, a qual, segundo Mombaça (2016 apud KATZ e GREINER, 2004), é fundamental ao se tratar das contextualidades das ações com o corpo. Katz e Greiner (2004) apontam o conflito de se realizar uma abordagem com corpos múltiplos e plurais,- corpos em mutação, em trânsito, na plasticidade do presente, a partir de metodologias tradicionais pautadas na disciplinação e controle de discursos, estratificadas a partir de regras e métodos rígidos, evidenciando, assim, a primordialidade e urgência da abolição de uma moldura disciplinar em benefício de estratégias metodológicas contextuais e transitórias, sem perder um viés científico.

A facilitação do grupo, então, delinea-se em três arranjos: 1. A exposição de um dispositivo de sensibilização para a elaboração subjetiva, partilha e escuta, relacionado à temática proposta para o encontro, a partir da demanda espontânea de fala dos integrantes ou por meio de perguntas, dinâmicas ou recursos midiáticos, como imagens, vídeos, músicas ou notícias; 2. Um momento de circulação livre de falas e trocas entre participantes, tonificando o ethos de acolhimento e cuidado a partir da articulação de vínculos e tecnologias técnicas de escuta, como referido na proposta de autogestão do dispositivo; 3. Encerramento substanciado em um momento de exposição das reverberações produzidas no encontro.

É inequívoco o caráter de estigmatização presente no cotidiano de sujeitos LGBTQIA+ e suas reverberações no usufruto pleno de direitos sociais nos diversos âmbitos da vida, facultando em sofrimento psicossocial intenso que tem visualizado uma acentuação devido as atualizações das expressões biopolíticas normatizantes nos últimos anos (DUARTE, 2011; PESSOA et al., 2020). Portanto, em soma, foi-se orientado um segundo momento estruturado como um grupo de escutas, apoio psicossocial e cuidado compartilhado de curta duração (6 encontros), a partir da demanda espontânea dos participantes da ação, para a atenção a vivências específicas e com encaminhamento de casos graves para equipamentos públicos.

Resultados e discussão

A partir de leituras foucaultianas, de acordo com Deleuze (1992; 2005 apud AMARAL et al., 2018), vivemos em uma sociedade regulada a partir de dispositivos de controle e confinamento, que se adaptam e se sofisticam para a promoção de um exercício de poder cada vez mais efetivo e discreto, normatizando corpos e expressões da subjetividade. No entanto, esses dispositivos podem ser tensionados e reinventados, a partir de linhas de fuga, para promover a proliferação de outros modos de subjetivação, a partir da articulação de espaços de potencialidade que possibilitem novas maneiras de se relacionar consigo e com o outro, recompondo territórios existenciais conhecidos. Assim, os dispositivos-grupais se apresentam como um significativo artifício semiótico indutor de devires-invenções e de radicalização da realidade, articulando singularidades e intensidades e desarranjando molaridades (AMARAL et al., 2018).

No trabalho com o dispositivo-grupo, realiza-se um trabalho cartográfico de desembaraçamento das linhas que o compõem (BARROS, 1997). A partir da leitura deleuzeana sobre a noção de dispositivo de Foucault, Regina Benevides Barros (1997) propõe entendermos o dispositivo-grupo como um conjunto multilinear, semelhante a um novelo, composto por quatro tipos linhas: de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação.

Considerando as linhas de visibilidade e enunciação, Barros (1997, p. 185) nos indica que os dispositivos-grupo são “máquinas que fazem ver e falar”. Essas duas primeiras linhas estão intimamente relacionadas ao contexto sócio-histórico em que estão inseridas (BARROS,

1997). Para anunciarmos formas de visibilidade e dizibilidade que estão “fora” das linhas de visibilidade e enunciação de cada estrato (ou época), é preciso extrair deste as variações que não cessam de passar (BARROS, 1997). Para isso, o grupo, tomado pelo emaranhado de linhas das histórias e trajetórias que nele se cruzam, instalar-se-á sobre as linhas que o atravessam e o compõem seguindo suas múltiplas direções, rachando as palavras, e o próprio grupo, para extrair as coisas por onde elas crescem, pelo meio (BARROS, 1997).

Em relação às linhas de força, a autora (BARROS, 1997) destaca que estas passam por todos os pontos do dispositivo e estão mais intimamente relacionadas à dimensão do poder-saber. Para ela, torna-se importante mapear no dispositivo-grupo as forças em jogo na manutenção e o desmanchamento das instituições, na naturalização e desnaturalização dos modos de sentir e viver, bem como acompanhar os fluxos que deslocam e produzem modificações nos territórios existenciais (BARROS, 1997). As linhas de força nos colocam no meio o tempo todo, no entre, local onde não há mais identidades que se sustentam, e impõem uma outra lógica, uma lógica que se põe aberta às bifurcações divergentes (BARROS, 1997).

Por último, as linhas de subjetivação são aquelas que concernem à invenção de modos de existir (BARROS, 1997). Esse processo de invenção pode ocorrer tanto pelo endossamento como pela desterritorialização dos modos de subjetivação hegemônicos (BARROS, 1997). Na experiência grupal, há o encontro não apenas de pessoas diferentes, mas de modos de *existencialização* diferentes, o que possibilita um campo de confronto e de interrogações que criam fossos onde antes estava cimentado (BARROS, 1997). Desse modo, falas e afetos antes cristalizados em territórios fechados, quando acionados pelo dispositivo-grupo, são levados à adjacência de uma inquietação que, caso seja intensificada, pode produzir deslocamentos do lugar naturalizado a que estavam presos (BARROS, 1997).

A escolha pela formação de grupos nesse eixo do projeto de extensão Histórias Medidas se fundamenta na concepção de que estes podem se constituir como dispositivos que agenciam modos de subjetivação (BARROS, 1997) que borrem e subvertam as lógicas de exclusão e extermínio de certos corpos, corpes e corpos. Desse modo, por meio do dispositivo-grupo com pessoas LGBTQIA+, objetiva-se potencializar a produção de modos de subjetivação que rompem com as lógicas coloniais a partir da desterritorialização dos modos de

subjetivação hegemônicas e da invenção conjunta de novos modos de existir, ser e estar no mundo (BARROS, 1997; BARROS; SILVA; GOMES, 2020).

O dispositivo-grupo se caracteriza pela sua capacidade de irrupção daquilo que estava bloqueado de criar e o seu teor de liberdade frente aos códigos que buscam dar a tudo o mesmo sentido (BARROS, 1997). O dispositivo movimenta, tensiona, desloca, inventa linhas de fuga, produzindo novos agenciamentos (BARROS, 1997). Por isso, outra aposta que possuíamos ao utilizarmos o dispositivo-grupo é na sua potencialidade de desindividualização de sofrimentos psicossociais a partir da análise coletivas do plano de forças atuante na produção e legitimação de violências e sofrimentos contra esse público (BARROS; SILVA; GOMES, 2020; RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). A partir do compartilhamento e troca de experiências durante os encontros do grupo, pretende-se refletir sobre os pontos comuns que atravessam as trajetórias e os sofrimentos des/as/os jovens que compõem o grupo, coletivizando as implicações das violências produzidas pela estrutura social cis-hetero-patriarcal-branca-cristã em seus cotidianos (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). Desse modo, pretendemos tanto desindividualizar essas dores, que na verdade são políticas, como deslocar as lógicas que operam processos de culpabilização, segregação e silenciamento, três funções da economia subjetiva capitalística apontadas por Guattari e Rolnik (2005), que sustentam e intensificam a produção de exclusões e sofrimentos direcionados a estes indivíduos (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021).

Para além disso, a composição da frente de extensão parte, sobretudo, de posturas balizadas pelas reflexões teórico-práticas que norteiam o conjunto de ações políticas que formatam algumas Teorias *Queer*. Partindo das discussões de performatividade de Butler (1999), que reflete a produção e materialização de sujeitos e corpos a partir de práticas discursivas de poder que delinham e normalizam o sexo, pensar essa frente de extensão em um curso de Psicologia, um dos dispositivos históricos de produção de discursos sobre corpos normais e anormais (FOUCAULT, 1997), é um esforço de intervenção em dispositivos biotecnológicos (PRECIADO, 2011). Apesar de se utilizar estrategicamente da sigla LGBTQIA+ para se acessar corpos, corpes e corpos historicamente lidos como abjetos (BUTLER, 1999), é intuito do projeto deslocar e reapropriar os discursos que produzem os corpos desviantes, em uma perspectiva de

resistência às “formas de subjetivação sexopolíticas” (PRECIADO, 2011, p. 16). Nesse movimento, a criação do grupo atua na formulação de pesquisas transgressoras de uma única forma de conhecer as sexualidades (LOURO, 2001), buscando fugir da manutenção de teorias que racionalizam ou busquem a verdade sobre o sexo e classem sexualidades desviantes, típicos de uma *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2019).

Com vistas à fuga dessa lógica, não pretende-se focalizar apenas em discursos sobre sexualidades, mas nas narrativas de vida das pessoas que participarão. Nesse sentido, os encontros-grupais serão focalizados nas narrativas das/des/dos participantes, nas suas histórias de vida, na produção de sentidos sobre as suas corpas, corpes e corpos, sendo um dispositivo que facilite a fala das pessoas participantes do grupo, tantas vezes caladas por um terrorismo cultural que impõe a heterossexualidade compulsória a partir do medo (MISKOLCI, 2012). Essa “tomada da palavra pelas minorias queer” (PRECIADO, 2011, p. 17) funciona como um movimento que questiona, recusa, borra e transgredir a norma aprisionadora de corpos, lógica típica dos Movimentos *Queer* (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2012). Com isso, a proposta de autogerência grupal pretende formatar um movimento de instabilidade de metodologias e temáticas, focalizando nos desejos emergidos pelo grupo, com base na própria instabilidade das identidades e dos corpos, corpas e corpes, atuando na produção de conhecimentos transgressores (LOURO, 2001).

Por último, ao acionarmos o dispositivo-grupo, temos o intuito também de proporcionar, através do acolhimento e apoio mútuo entre participantes e membros extensionistas, um espaço seguro para o compartilhamento dos sofrimentos, angústias e dores cotidianas (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). Através da troca de vivências e experiências, pretende-se potencializar a criação de um movimento de autonomia e fortalecimento coletivo, o qual possibilite o compartilhamento de estratégias de cuidados individuais e coletivos e um lugar de acolhimento, troca de afetos e apoio psicossocial a todes, todas e todos (JORGE, 2018; RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). Partimos dessa premissa por entendermos o cuidado e a própria ação de manter-se vivo/a como modos de resistência às maquinarias necropolíticas que buscam ceifar essas existências (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021).

Considerações finais

Factualmente, a partir de maquinários de regime de coerção social, a sexualidade é (re)construída como um dispositivo de normatização e gerenciamento de modos de existência, de expressões, de produção de corpos e de modos de subjetivação,- dispositivo, esse, que se expande em rede, abarcando instituições, regulamentarização, enunciados científicos, ideários de moral e instrumentos discursivos (FOUCAULT, 1979 apud CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012). Essa perversão dispositiva produz formas de manutenção de estratos de poder dando vazão para a preservação de estratégias hegemônicas que regulamentam a não legitimidade de experimentações e vivências de identidades e de sexualidades por meio da dominação e autoridade discursiva, em prol de, não somente exterminá-las, mas conservar relações de poder dominantes (FOUCAULT, 1988 apud CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012; ESPÓSITO, 2018). A partir dessa perspectiva, tanto a Psicologia como a universidade pública, a partir da aplicação de invenções metodológicas reforçadoras de um compromisso ético, estético e político, emergem como potentes ferramentas de intervenção micropolítica na deslocação de dimensões molares instituídas, dando acesso à visibilidade a gritos historicamente não -autorizados, escape para a produção de conhecimentos disciplinares insurgentes e práticas-devires para fora dos muros academicistas.

A ação universitária exclama o seu potencial a partir de experiências de extensão, proporcionadas por componentes da universidade pública, na qual se pode articular dispositivos que fomentem possibilidades de uma prática em psicologia de resistência às noções de aprisionamentos articuladas a partir de lógicas de biopolítica normatizantes de corpos (CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012). Para isso, a práxis psicológica deve não somente irromper a teorização, mas somar à aplicação de dispositivos interventivos que seguem, como identificadas por Deleuze e Guattari, as tarefas esquizoanalistas de desconstrução e desterritorialização de estruturas coercitivas instituídas do desejo, tanto no âmbito psíquico como na esfera social, que provocam sofrimento mental (BAREMBLITT, 2014; DELEUZE; GUATTARI, 1976 apud HUR; VIANA, 2016), afirmando multiplicidades e agenciamentos de pertencimento. A sublevação científica deve somar como ferramenta nômade de produção de cuidado e insurgência

do que é posto por Franz Fanon e Lélia Gonzalez como devir-grito: micropolítica de agenciamento de potência de desterritorialização e enfraquecimento de estruturas hegemônicas, uma potência de guerra de sujeitos dissidentes que estabelece resistências e produz cartografias de imanência (FANON, 2008; GONZALEZ, 1984; apud SILVA, 2019).

Logo, é primordial a atenção para a não neutralidade do fazer-prático psicológico e os efeitos do alicerçamento político que a ciência movimenta, tanto com o reforçamento de metodologias disciplinares pautadas em regramentos rígidos e segmentares, como o fortalecimento de produção de saídas para processos de singularização, se atentando para além das fronteiras instituídas (GUATTARI; ROLNIK, 2008 apud CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012). Assim, é reafirmado o compromisso da ação em produzir um espaço que possibilite o respiro por meio da viabilidade de resistir coletivamente “sobretudo em tempos marcados pelas letalizações das diferenças e dilatação das forças reacionárias de viés fascistas e ultraneoliberalistas”, como posto por Sarah Gonçalves Júnior et al. (2019).

Referências

AMARAL, A. L. M.; GENTINI, A. G. M.; AMARAL, R. A. Grupo como dispositivo: a microintervenção ecosófica nos processos de formação em educação ambiental. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 44, p. e170967, 2018.

BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B. ; GOMES, C. J. A. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. In: LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D.; BICALHO, P. P. G.; et al. (Orgs.). **Pesquisar com as psicologias: artesanias e artifícios**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 10, p. 205-226.

BARROS, R. G. B. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA, A. E. et al. (Org.). **SaúdeLoucura 6**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 183-191.

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em:

<<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CARAVACA-MORERA, J.A.; PADILHA, M. I. Necropolítica Trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018.

CASSAL, L. C. B.; GONZALEZ, A. M. G.; BICALHO, P. P. G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, v. 42, n. 4, 28 fev. 2012.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 83-115, dezembro de 2011.

DUARTE, M. Vidas Precárias e LGBTQIfobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. **Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF**, 18 mai 2020. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. 2020.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 1997. São Paulo, Perspectiva.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019. 175 p.

GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; SILVA, Gabriela da; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. Transrebeliões políticas: problematizações, tensões e saberes em rede. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 01-12, jun. 2019.

GREINER, C.; KATZ, H. Por uma teoria do Corpomídia. In: GREINER, Christine. **O Corpo**. São Paulo: Anna Blume, 2004.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HUR, D. U.; VIANA, D. A. Práticas grupais na esquizoanálise: cartografia, oficina e esquizodrama. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 111-125, abr. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 maio 2021.

JORGE, M. A. S. O grupo como estratégia potente de intervenção e formação. In: FRANÇOZO, O. M. (Org.). **Clínica Política: a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari**. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2018, p. 93-104.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 287-300, abr.-jun. 2019. Disponível

em: <<https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MISKOLCI, R. Origens históricas da Teoria Queer. *In*: MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora UFOP, 2012. p. 21-34.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Concinnitas**, ano 17, volume 01, número 28, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>> Acesso em 01 maio. 2021.

PESSOA, B. G. F. et al. A mão do carrasco: o impacto na saúde mental da população LGBT+ após o período eleitoral de 2018 no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, p. 1-27, 2020.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20 jan./abr. 2011.

RODRIGUES, J. S.; ASSIS, P. M.; LEONARDO, C. S. O dispositivo grupal como estratégia de apoio psicossocial e resistências: inter(in)venções com mulheres e mães de jovens assassinados ou encarcerados. *In*: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENICIO, L. F. S. (Orgs.). **Violências, Desigualdades e (Re)existências: Cartografias Psicossociais**. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021, p. 361-379.

SILVA, M. R. Devir selvagem: a arte do grito (ou do grito na arte). **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 51-72, jun. 2019.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring Update Trans Day of Remembrance 2020**. Alemanha: Transgender Europe (TGEU), 2020. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.